

A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE E AS CRISES COM OS MILITARES NO GOVERNO DILMA ROUSSEFF (2011)

THE NATIONAL TRUTH COMMISSION AND THE CRISES WITH THE MILITARY IN THE DILMA ROUSSEFF GOVERNMENT (2011).

*CASSIO AUGUSTO GUILHERME**

RESUMO

Este artigo narra e discute a tensa relação do governo Dilma Rousseff com os militares. A hipótese de trabalho é que a criação da Comissão Nacional da Verdade e a demissão do ministro Nelson Jobim do ministério da Defesa, causaram grande insatisfação nas Forças Armadas. Havia, na caserna, forte receio de revanchismo e revisão da Lei da Anistia. Assim, o ano de 2011 é fundamental para compreender a reação militar, cuja presença na cena política tem crescido vertiginosamente desde então. Para este fim, usa-se o jornal O Estado de S. Paulo tanto como fonte quanto objeto de análise em debate com parte da bibliografia já existente.

PALAVRAS-CHAVE: Dilma, ditadura militar, Comissão da verdade.

ABSTRACT

This article narrates and discusses the tense relationship between Dilma Rousseff government and the military. The hypothesis is that the creation of the National Truth Commission and the dismissal of Minister Nelson Jobim in the Ministry of Defense caused great dissatisfaction in the Armed Forces. There was a strong fear in the barracks of revanchism and revision of the Amnesty Law. Thus, 2011 is fundamental to understand the military reaction, whose presence on the political scene has grown dramatically since then. For this, the newspaper O Estado de S. Paulo is used as source and object of analysis, in debate with part of the bibliography.

KEYWORDS: Dilma, military dictatorship, Truth Commission.

* Professor da Faculdade de História (FaHist) da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). Doutor em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: cassionl@yahoo.com.br

Introdução

“Perderam em 64. Perderam agora em 2016 [...]. Contra o comunismo. Pela nossa liberdade. Contra o Foro de São Paulo. Pela memória do Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff. Pelo Exército de Caxias. Pelas nossas Forças Armadas”, com estas louvações ao Exército, à Ditadura e seu torturador mais emblemático, é que o então deputado Jair Bolsonaro justificou seu voto a favor do impeachment da presidenta Dilma Rousseff. No Plenário na Câmara, a reação foi de vaias e aplausos ao deputado que tinha suas falas repetidas em música pelo “filho 03” Eduardo Bolsonaro, também deputado federal.

Não foi à toa que Bolsonaro escolheu e ensaiou tais frases. Seu histórico como parlamentar é marcado pela defesa intransigente das pautas militares, controversa negação da tortura, além de ironias em relação aos desaparecidos políticos dos tempos da Ditadura, período que ele nega ter sido autoritário. Em 2016, ano do golpe parlamentar contra Dilma, o deputado já estava em campanha presidencial. Embora sua fala tenha surpreendido e revoltado alguns analistas, ela não foi o ponto de inflexão que recolocou os militares no jogo político, mas sim, foi o ponto manifesto que escancarou a insatisfação militar – e de ideólogos da extrema-direita – com as insipientes propostas revisionistas dos governos petistas, as quais setores da caserna consideraram inaceitáveis. Os militares pareciam fora da política, mas tiveram influência no golpe de 2016, na prisão, condenação e manutenção do ex-presidente Lula na cadeia e fora da eleição seguinte, no governo de Michel Temer, nos bastidores do STF, na eleição e governo de Jair Bolsonaro.

É preciso reconstruir este processo recente. Com este objetivo, o artigo apresenta, discute e defende a tese de que o ano de 2011, primeiro do mandato de Dilma Rousseff, é fundamental para a compreensão do processo que recolocou os militares no centro da política brasileira. Aqui não se nega a hipótese de que grandes setores militares nutriram desconfiança e suspeita com todos os governos civis pós-Ditadura. O que este artigo defende é que, no ano de 2011 – o primeiro da presidenta Dilma Rousseff, ex-guerrilheira, presa e torturada pelos porões militares da Ditadura – a demissão de Nelson Jobim (PMDB) do ministério da Defesa e a aprovação da lei que criou a Comissão Nacional da Verdade (CNV) acentuaram a inquietação nos círculos militares. Considera-se que o ano de 2011 é fundamental para a compreensão do retorno e crescimento dos militares na cena política e nos embates ideológicos dos quais a eleição e o governo de Jair Bolsonaro são a consequência ominosa.

Para tanto, em diálogo com a bibliografia pertinente, este artigo utiliza como fonte o jornal *O Estado de S. Paulo* (*Estadão* ou *OESP*)¹. A escolha se justifica pela experiência deste historiador no trato com ele sobre outros recortes, bem como o fato de ser um periódico de conturbada relação com os militares. Golpista de primeira hora em 1964, o jornal foi um dos poucos a sofrer censura prévia na década de 1970.

1 Por conta da limitação de espaço, apenas um periódico da grande imprensa é analisado, o que em si não depõe contra o trabalho. Fica-se a esperança de que esta metodologia de olhar detalhista e vertical seja replicada, tendo outros jornais e revistas como fonte e objeto, para então ampliar consideravelmente o conhecimento e compreensão sobre o tema.

Na redemocratização, o *Estadão* demorou para fazer autocrítica de sua atuação na década de 1960 e de chamar a Ditadura como tal (GUILHERME, 2017). Sua linha editorial evita confrontar a ação política dos militares e lhes abre bastante espaço para publicar suas opiniões e movimentações de bastidores.

Embora sabedor de que a imprensa não é ator desinteressado na luta política e que, a cada edição, faz uma seleção ideologizada do que levar ao seu leitor, “as renovações no estudo da História Política, por sua vez, não poderiam dispensar a imprensa, que cotidianamente registra cada lance dos embates na arena do poder” (LUCA, 2011: 128). Como complementa Jean-Jacques Becker, a imprensa é “produtora considerável de informações diversas, que esclarecem as atitudes e os comportamentos: ela noticia reuniões políticas, o número de participantes, traz relatos de manifestações” (BECKER, 2003: 196-197). Mais recentemente, Maria Helena Capelato (2014) reforçou a importância do uso da grande imprensa como fonte e objeto de estudos em História do Tempo Presente, campo ao qual este artigo se insere (GUILHERME, 2018). Assim, uma pesquisa em História Política do tempo presente, não deve dispensar a imprensa como objeto e fonte de análise.

Militares e a política pós-Ditadura

A transição da Ditadura para a redemocratização no Brasil, entre os anos de 1985-1989, período do governo de José Sarney (PMDB) e a eleição de Fernando Collor de Mello (PRN), foi marcada pela tutela militar. Desde então, progressivamente, os militares deixaram a cena política, que foi cada vez mais ocupada completamente por civis. A Ditadura e os militares eram assunto em momentos pontuais – mas não menos polêmicos e desapaixonados – de discussão sobre a Lei da Anistia, do perdão aos torturadores e da procura pelos corpos dos desaparecidos políticos.

No processo de transição das ditaduras à democracia na América do Sul, “o Brasil foi o que teve maiores dificuldades para consolidar a democracia” (LINZ e STEPAN, 1999, p. 203). Como mostra David Maciel, o processo de transição da Ditadura foi “regida e determinada por uma perspectiva política autocrática-burguesa” (2012, p. 47-48). Os militares mantiveram o controle do ritmo político por toda a década: atuaram para evitar eleições diretas em 1984; incentivaram a formação da Aliança Democrática liderada por Tancredo Neves, político bem-visto pela maioria dos militares e capaz de evitar o “revanchismo”; sustentaram o governo Sarney e vetaram os dispositivos constitucionais que limitavam a atuação militar.

Pode-se dizer que havia uma “democracia tutelada”, na qual os chefes civis precisaram considerar a posição militar para poder transitar no jogo político. Às vésperas da eleição presidencial de 1989, o então presidente José Sarney (PMDB) admitiu, em evento para militares no Rio de Janeiro, que: “sem as Forças Armadas nós não teríamos feito a transição democrática que foi feita. Com as Forças Armadas e não contra as Forças Armadas. [...] Repeli todas as investidas contra as nossas Forças Armadas” (MACIEL, 2012 p. 356).

Sob o governo tutelado de José Sarney, havia seis ministros militares. Em diversas ocasiões, o presidente recorreu ao envio do Exército para debelar greves e protestos. Além disso, o Serviço Nacional de Inteligência continuava ativo; os militares atuaram para limitar o alcance da reforma agrária proposta pelo governo a partir das pressões sociais; o ministro do Exército era presença constante em assuntos políticos e não-militares.

Na Assembleia Constituinte, a pressão militar manteve as prerrogativas militares não democráticas e adicionou novas; não se questionou a respeito do legado autoritário que foi mantido com verniz democrático na nova Constituição; lhes garantiu privilégios de classe; permitiu a manutenção da tutela militar sobre a política civil e atrasou a busca pela elucidação e punição dos crimes contra a humanidade cometidos no período da Ditadura. Jorge Zaverucha lista 15 prerrogativas benéficas aos militares na Constituição Federal de 1988 (2000). Como aponta Jeanne Gagnebin, houve no Brasil uma “reconciliação extorquida” que tentou impor uma memória oficial de esquecimento ao período dos militares no poder (2010).

Sob o governo Sarney, portanto, os militares não foram incomodados com um possível acerto de contas do passado recente de torturas e assassinatos políticos. Os arquivos militares não foram requisitados e permaneceram sob completo controle das Forças Armadas (FA). Porém, como mostra Lucas Figueiredo, alguns meses antes da eleição de 1989 e receosos com o resultado das urnas, o Serviço Nacional de Informação (SNI) iniciou uma operação secreta para mapear e destruir os documentos que pudessem ser usados política ou judicialmente contra os militares: “começava a operação limpeza nos arquivos da ditadura” (2015, p. 52) que se estenderia pelos anos seguintes.

A hiperinflação e o desemprego resultantes do esfacelamento da política econômica do governo Sarney, fez os anos 1988 e 1989 serem de grande agitação social e grevista. Os chefes militares permaneceram na cena tutelando o campo político e incidiram para que seus desafetos políticos não fossem eleitos na primeira eleição direta pós-Ditadura. Como demonstrado em outro trabalho, aos homens de farda, era inadmissível que, depois de 21 anos de tortura e eliminação física de opositores à esquerda, o primeiro presidente eleito pelo voto fosse alguém de esquerda. No caso de Lula, o veto militar era ainda mais radical por conta da presença de sobreviventes da luta armada na Frente Brasil Popular (GUILHERME, 2019).

Fernando Collor, embora filho de um político com íntimas ligações com a Ditadura – seu pai foi senador biônico nos anos 1970 – era visto com desconfiança pelo meio militar por conta de seu estilo bonapartista e rompantes retóricos, como quando chamou de “generaleco” o chefe do SNI. Em seu governo, Collor manteve relação instável com o meio militar. Por um lado, extinguiu o SNI e retirou o status ministerial dos chefes do Estado Maior das Forças Armadas e da Casa Militar, por outro, promoveu diversas ações de marketing pessoal em visitas a bases do Exército na Amazônia, viajou em jatos da Força Aérea e visitou navios de guerra.

Segundo Celso Castro e Maria Celina D’Araújo, no processo de impeachment de Fernando Collor, “os militares se mantiveram em posição estritamente institucional,

sem pronunciamentos ou ameaças de golpe ou intervenção” (2001, p. 27). Porém, houve várias reuniões com lideranças políticas civis e forte vigilância sobre todo o processo. Nas entrevistas feitas pelos autores com militares da ativa naquele período, é perceptível a mágoa e o ressentimento do meio militar com o que chamam de “desprezo total” de Collor às Forças Armadas. Assim, a ausência de participação ativa dos militares no processo de impeachment não pode ser interpretada como a consolidação de um novo sentimento não intervencionista no meio militar, mas sim, explicada pela ausência de tensão social, uma vez que inexistia resistência popular ao impeachment e seu desfecho levaria políticos moderados ao poder.

O presidente Itamar Franco manteve bom relacionamento com o meio militar a quem atendeu reivindicações de reequipamentos e aumentos salariais para a tropa, mas foi neste período a primeira vez que as Forças Armadas foram instadas pelo poder Executivo a se pronunciarem sobre desaparecidos políticos. Uma comissão de familiares procurou o Ministério da Justiça para entregar um dossiê sobre o assunto. O ministro Maurício Corrêa, em surpreendente ação inédita, determinou a criação de uma comissão, com participação das FA, para esclarecer o paradeiro de alguns desaparecidos políticos. As FA não apresentaram documentos, mas um simples relatório repleto de omissões, desfaçatez, falsidades e recortes de jornais indicando possíveis mortos, mas negando ter documentos ou envolvimento nos casos.

As Forças Armadas começaram a difundir uma justificativa para a suposta falta de informações sobre mortos e desaparecidos políticos em seus arquivos. Em movimento sincronizado, Exército, Marinha e Aeronáutica passaram a alegar que os documentos sigilosos relativos à repressão tinham sido destruídos, em época desconhecida, em operações rotineiras de limpeza de arquivo [...] A desculpa era simplória [...] Se era mesmo verdade que os arquivos do Araguaia tinham sido eliminados, não se tratava de uma operação de rotina, mas sim de ocultação de provas (FIGUEIREDO, 2015, p. 65-66).

Sob o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) foi criada, em 1995, a Comissão de Desaparecidos para solucionar a situação jurídica de mortos políticos do período da Ditadura, cujas famílias ainda não tinham atestado de óbito. Porém, como aponta Lucas Figueiredo, esta Comissão “nasceu capenga”, pois as FA não foram obrigadas a abrir seus arquivos, negaram informações à comissão e cabia às famílias das vítimas o ônus da prova. Em 1998, uma decisão judicial obrigou o Exército a se pronunciar sobre a Guerrilha do Araguaia. A curta resposta alegava inexistir documentos sobre o tema (2015, p. 75).

Militares ouvidos por Celso Castro e Maria Celina D’Araújo (2001) demonstram incômodos e ponderações sobre o funcionamento desta Comissão: alegavam que alguns destes desaparecidos teriam sido mortos pelos próprios companheiros de luta armada ou estariam ainda vivos; mostraram irritação com o pagamento de indenizações a alguns familiares; reclamaram que a Comissão era de “cartas marcadas” e só beneficiava “um lado”; houve críticas públicas do Clube Militar.

Em 1998, foi criado o Ministério da Defesa em substituição aos três ministérios militares (Exército, Marinha e Aeronáutica) que passaram a ser subordinados a um ministro civil. A criação do ministério se deu sem grande oposição das Forças

Armadas (CASTRO e D'ARAÚJO, 2001). O governo FHC terminou sem avançar na abertura dos arquivos da Ditadura. Ao contrário, em seu último dia no poder, assinou um decreto que prolongava o sigilo de documentos do Estado e criou a figura do sigilo eterno para documentos classificados como ultrassecretos.

A chegada ao poder de um partido de esquerda, um presidente que quando militante sindical foi perseguido e preso pela Ditadura e ainda monitorado pelo Exército até meados dos anos 1990, com um governo formado por ex-presos políticos, foi motivo de esperança para familiares de desaparecidos políticos e militantes dos direitos humanos, bem como de preocupação no meio militar. De início, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) optou por “evitar uma agenda que pudesse colocá-lo em rota de colisão com as Forças Armadas” (FIGUEIREDO, 2015, p. 77). Criticado, em 2005, Lula baixou um decreto que determinava o recolhimento pelo Arquivo Nacional de documentos militares e criou um Centro de Memória para divulgá-los. Embora importantes, tais iniciativas tiveram alcance limitado, uma vez que os acervos dos serviços secretos das FA e das unidades do DOI-Codi permaneciam ocultados pelos militares. Sempre que eram instadas a se manifestarem sobre tais documentos, as autoridades militares alternavam o silêncio puro e simples com a insistente afirmativa de que eles se perderam em algum momento do passado recente, apesar dos protestos do ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos e do secretário dos Direitos Humanos Paulo Vanucchi.

Por mais paradoxal que pareça, foram os governos petistas que mais investiram no reaparelhamento das Forças Armadas. Segundo pesquisa de João Fábio Bertonha, em 2007-2008 “a capacidade militar brasileira parecia ter chegado ao fundo do poço” (2017, p. 217), com poucos e velhos equipamentos em operação. O orçamento militar cresceu 50% e os gastos mais que dobraram no governo Lula com aquisições de armamentos, aviões, tanques e navios. Para agrado dos militares, foi elaborada uma nova Estratégia Militar de Defesa que refletisse o crescimento da importância do Brasil no cenário geopolítico e econômico do século XXI.

Apenas em 2008 e 2009 é que o governo Lula avançou na questão dos arquivos. A Comissão de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) cobrou medidas efetivas e a Justiça Federal determinou em sentença a abertura dos arquivos da Guerrilha do Araguaia. “Nada aconteceu, porém. Em uma postura desafiadora, o Exército simplesmente permaneceu inerte” (FIGUEIREDO, 2015, p. 94). Então sob o comando do civil Nelson Jobim no Ministério da Defesa, homem de confiança do meio militar, as FA continuavam alegando que os documentos inexistiam.

Desde o fim da Ditadura há, no meio acadêmico, o debate: após deixarem o poder em 1985, os militares voltaram aos quartéis e às suas funções de defesa das fronteiras ou permaneceram com influência na cena política? Comungo com a posição de Jorge Zaverucha (2010) que não se ilude com a aparente saída dos militares da cena política. Para ele, há a permanência de uma “democracia tutelada” e um “equilíbrio instável” na relação entre civis e militares que poderiam novamente se romper quando um governo civil tentasse diminuir as prerrogativas militares ou flertasse com o “revanchismo”.

Direitos Humanos, Comissão da Verdade e resistência no campo militar sob o governo de Dilma Rousseff (PT)

Na série de entrevistas feitas com a alta cúpula militar da Nova República, Celso Castro e Maria Celina D'Araújo apontam para o forte receio do espectro do “revanchismo” a rondar o meio militar:

A noção de revanchismo é onipresente em nossas entrevistas e sempre tida como um dado, um fato de cuja existência não se duvida. Os entrevistados acham que setores da sociedade têm uma postura revanchista em relação às Forças Armadas devido aos 21 anos de regime militar [...] a maioria concorda que seria muito melhor para o país se as ‘contas’ desse passado próximo fossem encerradas e esquecidas (2001, p. 20)

Segundo os mesmos pesquisadores, é comum entre os militares a ideia de que foram derrotados na luta pela memória do período. Assim, setores da esquerda – derrotados física e politicamente nos anos 1960-1970 – atuam na Nova República, via imprensa, Parlamento e Universidades para contar a história com a versão de “apenas um lado”. Há ainda a ideia de que os militares não foram anistiados moralmente e seriam perseguidos pelo “revanchismo louco”, um “processo de desforra” levado à cabo pela ainda hoje atuante “esquerda subversiva”. Na visão militar, os “revanchistas” atuam para esconder os pontos positivos do período militar e apenas enfatizar, em um “quase linchamento” os aspectos que, para os militares, não existiram – como as torturas e assassinatos políticos – ou se existiram foram justificados pela guerra interna empreendida contra os “comunistas” com objetivo de “salvar a nação”.

Este receio de “revanchismo” esteve controlado diante das poucas contestações ao período militar ocorridas entre 1985-2009. Porém, uma proposta do governo Lula, apresentada no final de 2009, reascendeu o alerta e as desconfianças nos círculos militares. O 3º Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), entre outros temas, previa a instalação de uma Comissão Nacional da Verdade – nos mesmos moldes das que funcionaram em outros países que também sofreram com períodos de ditaduras militares – com objetivo de promover um resgate oficial sobre o período da Ditadura Militar. Houve forte resistência na grande imprensa, na oposição de direita no Parlamento e principalmente entre militares, liderados por Nelson Jobim, ministro da Defesa que seguiam “resistindo a promover uma serena virada de página mediante admissão de todos os erros desse passado recente” (VANNUCHI, 2013, p. 357).

Neste cenário já tenso, o PT lança candidata a ministra Dilma Rousseff, ex-integrante da luta armada, presa política, torturada pela Ditadura. Foi a primeira vez que alguém com este histórico concorreu com chances de vitória a uma eleição presidencial pós-Ditadura. Jakson de Alencar (2012) mostra como o jornal *Folha de S. Paulo* tentou insistir em associar a candidata a atos de “terrorismo” que ela não participou, cujo ápice foi a publicação de uma falsa ficha do DOPS com os “crimes cometidos” por Dilma na luta armada. A vitória da ex-guerrilheira da Colina e da VAR-Palmares, também ela vítima da Ditadura, despertou novamente nos familiares de desaparecidos políticos a esperança de avanço na busca dos corpos. Porém, Dilma manteve Nelson Jobim à frente do ministério da Defesa em perfeita adaptação do

pacto lulista de promover avanços sociais sem confrontação ideológica ou de classes (SINGER, 2012).

Ao contrário de outros países que formaram suas Comissões da Verdade a partir de decretos do Poder Executivo, os governos do PT optaram por enviar um projeto de Lei ao Congresso. Os petistas tinham uma tripla estratégia para viabilizá-la: ao seguir os trâmites do Legislativo, os defensores da ideia teriam tempo para argumentar o caráter não-revanchista da Comissão; o passar do tempo permitiria que a Comissão fosse aos poucos assimilada pelos setores civis e militares que temiam o seu resultado; dar à CNV o respaldo de uma lei aprovada no Congresso após ampla discussão, acordo e votos de todos os partidos.

No governo de Dilma, a Secretaria de Direitos Humanos foi ocupada pela deputada Maria do Rosário (PT). Na reportagem que fez sobre seu discurso de posse, o *Estadão* destacou: “Ministra promete ‘avançar’ em plano polêmico de Lula: Maria do Rosário faz defesa, em posse, do texto dos direitos humanos que provocou atrito do governo anterior com Igreja, militares e ruralistas”. Em sua fala, a ministra elogiou os jovens que pegaram em armas contra a Ditadura por “acreditarem na liberdade e na democracia”; cobrou que a Câmara apressasse a aprovação da CNV para que assim o país pudesse promover a “virada de página do momento histórico” com o “reconhecimento da responsabilidade do Estado pelas graves violações de direitos humanos com a vista a não repetição do ocorrido” e garantiu que a Comissão não se caracterizaria por uma “atitude de revanche”².

O ministro da Defesa, Nelson Jobim (PMDB), fez questão de ir à posse da ministra e sentar-se na primeira fila. A reportagem do periódico foi ilustrada com uma foto de Jobim beijando as mãos de Rosário. O jornal questionou-o sobre como recebia o discurso de posse da ministra que tratou de tema tão polêmico nos meses anteriores. Jobim foi evasivo: “tudo o que ela diz está sendo feito. Estamos trabalhando por isso”³. Porém, quatro dias depois, o ministro reforçou a posição das FA, contrariada porque avaliava que a futura Comissão seria “apenas por um lado da história” e exigiu que ela também atingisse os “movimentos guerrilheiros”⁴.

A presidenta Dilma queria a aprovação da Lei de criação da CNV ainda no primeiro ano de seu mandato. Sempre que tratou do tema, o *Estadão* relembra que o tema é importante para a presidenta por conta de seu passado como “perseguida e torturada nos anos do regime militar” e que o assunto tinha histórica resistência dentro das FA. Dilma determinou que os ministros Nelson Jobim e Maria do Rosário, mais o ministro da Justiça, José Eduardo Cardoso, atuasse em conjunto na articulação com o Congresso em favor da aprovação, sem alterações, do projeto enviado pelo ex-presidente Lula. O governo insistia que a CNV não teria caráter “revanchista”, ou seria a porta de entrada para rever a Lei da Anistia⁵.

2 *O Estado de S. Paulo*, 04/01/2011, p. A5.

3 *O Estado de S. Paulo*, 04/01/2011, p. A5.

4 *O Estado de S. Paulo*, 08/01/2011, p. A5.

5 *O Estado de S. Paulo*, 28/02/2011, p. A9.

O jornal *O Estado de S. Paulo* garantiu que, nos círculos militares, “o foco de resistência à comissão está entre os militares mais velhos, já na reserva, e não entre os da ativa” e afirmava que o ex-deputado José Genoíno, preso pela Ditadura nos combates na Guerrilha do Araguaia, atuaria como assessor do ministro Jobim para dialogar com os parlamentares⁶. Porém, em março, o projeto ainda estava emperrado na Câmara, e a comissão especial para analisá-lo sequer havia sido instalada pelo presidente da casa, o deputado Marco Maia (PT)⁷.

Quando eleita, Dilma se reuniu com os comandantes militares das três forças para pedir-lhes discrição sobre o tema da CNV. Os militares acataram e permaneceram em seus postos no novo governo⁸. Porém, logo nos primeiros dias de 2011, o general José Elito Siqueira, chefe do Gabinete de Segurança Institucional declarou que o país deveria ver o “31 de março de 1964 como um dado histórico” e, dessa forma, os “desaparecidos são história da nação, que nós não devemos nos envergonhar”. A presidenta Dilma se irritou e chamou-o ao seu gabinete. O general foi repreendido, tentou insinuar que a imprensa havia distorcido suas declarações, mas por fim, se desculpou⁹.

Embora publicamente o ministro Nelson Jobim negasse qualquer mal-estar com a presidenta Dilma, um documento produzido pela assessoria parlamentar do Exército reabriu a crise entre militares/Defesa e Dilma/governo. No documento, o Exército se coloca contra o seguimento da tramitação e possível aprovação da Lei que criaria a CNV. Segundo o documento enviado à Câmara, o “governo chamado de militar” já era algo do passado; as possíveis testemunhas já haviam morrido e os documentos se perdido no tempo, sendo “improvável chegar-se realmente à verdade dos fatos”. Os militares argumentavam que a CNV serviria apenas para “abrir ferida na amálgama nacional” e ameaçavam que seu funcionamento poderia “provocar tensões e sérias desavenças”. O que temiam mesmo era que a Comissão, ancorada na nobre causa das famílias que buscavam seus parentes desaparecidos, promovesse “retaliações políticas”¹⁰. O ministro Jobim tentou se esquivar da polêmica, argumentando que nada tinha a ver com o documento produzido pelo Exército¹¹.

A questão dos documentos do período ditatorial sempre foi um tema polêmico. A presidenta Dilma seguia orientando a base no Congresso para que votasse contra o sigilo eterno para documentos ultrassecretos na discussão sobre a Lei de Acesso à Informação. Em tentativa de amenizar as críticas sofridas, em abril, a Aeronáutica liberou um lote de documentos para consulta pública. Porém, até mesmo o *Estadão* reconheceu que os documentos “passaram por filtro”, havia páginas deliberadamente arrancadas e continham apenas frases elogiosas a políticos. Diante das críticas, o ministro Nelson Jobim defendeu as FA que não teriam “nada a esconder” e declarou: “Não há documentos. Nós já levantamos e não tem. Os documentos já desapareceram”,

6 *O Estado de S. Paulo*, 25/01/2011, p. A8.

7 *O Estado de S. Paulo*, 12/03/2011, p. A8.

8 *O Estado de S. Paulo*, 12/03/2011, p. A8.

9 *O Estado de S. Paulo*, 05/01/2011, p. A6.

10 *O Globo*, 09/03/2011, p. 3.

11 *O Estado de S. Paulo*, 10/03/2011, p. A8.

insistiu. Em contrapartida, o Ministério da Justiça liberou o acesso a todos os seus arquivos para pesquisadores e familiares de desaparecidos políticos¹².

O *Estadão* se posicionou sobre esta questão. Em editorial cobrou mais celeridade do Senado na aprovação da Lei de Acesso à Informação nos moldes propostos pelo governo Dilma, que acabaria com o sigilo eterno de documentos ultrassecretos, como havia determinado o decreto de FHC em seu último dia de mandato¹³. No mês de junho, uma série de reportagens do jornal repercutiu documentos do período militar, em especial as ações de D. Paulo Evaristo Arns no combate e denúncia internacional à Ditadura. Documentos da Igreja Católica revelavam que a tortura foi “arma política” da Ditadura, com a presença *in loco* de cônjuges e filhos dos torturados durante as sessões e lista as “técnicas” utilizadas pelos torturadores militares¹⁴.

Concomitante a isso, o governo federal tomou algumas ações práticas e simbólicas sobre o passado ditatorial. Em evento com ex-perseguidos políticos e familiares de mortos e desaparecidos, o ministro da Justiça pediu perdão em nome do Estado brasileiro. O ministro prometeu que a orientação do novo governo era no sentido de “reparar o passado” e “indenizar os que sofreram torturas e violências”. A ministra Rosário foi ao cemitério de Vila Formosa, em São Paulo, o qual foi classificado pelo *Estadão* como “depósito clandestino de corpos de prisioneiros dos anos de chumbo”, para acompanhar o trabalho de peritos na busca por vestígios e ossadas. Ela também foi a Xambioá, no estado do Pará, e prometeu que o Estado atuaria pelo cumprimento da sentença judicial que determinou o pagamento de indenizações a 44 camponeses torturados pelo Exército durante a Guerrilha do Araguaia¹⁵. Em todas as suas aparições, Rosário reforçava que o governo não tinha vocação “revanchista”.

A presidenta Dilma alterou o protocolo para cerimoniais do governo com a presença de militares: os homens de farda não mais deveriam prestar continência à chefe do Executivo. O *Estadão* ilustrou sua reportagem com uma foto de Dilma apertando a mão do general Rondon, do Exército. Porém, em discurso no evento de promoção de oficiais das FA, no Planalto, Dilma fez sutil advertência, dizendo que o Brasil “corrigiu seus próprios caminhos” após a Ditadura¹⁶.

Desde o início do governo Dilma Rousseff, o ministro da Defesa, Nelson Jobim e os círculos militares mostravam insatisfação com o processo de compra de equipamentos para as forças armadas e a alegada defasagem salarial aos militares¹⁷. Em julho, o ministro Jobim iniciou uma série de declarações críticas ao governo. Em discurso improvisado na festa de aniversário do ex-presidente FHC, insinuou que o governo Dilma estaria tomado por “idiotas”. Dias depois, em entrevista à *Folha de S. Paulo*, declarou ter votado no candidato José Serra na eleição de 2010. As duas falas, irritaram e desagradaram o governo. Em outra entrevista, agora ao programa *Roda Viva*, o ministro alegou a sinceridade em sua defesa e elogiou a presidenta. Tais

12 O *Estado de S. Paulo*, 16/04/2011, p. A10, 28/06/2011, p. A6 e 23/07/2011, p. A10.

13 O *Estado de S. Paulo*, 15/04/2011, p. A3.

14 O *Estado de S. Paulo*, 19/06/2011, p. A10, 21/06/2011, p. A10 e A11 e 22/06/2011, p. A10 e A11.

15 O *Estado de S. Paulo*, 19/03/2011, p. A22, 23/03/2011, p. A9 e 28/07/2011, p. A9.

16 O *Estado de S. Paulo*, 06/04/2011, p. A6.

17 O *Estado de S. Paulo*, 15/02/2011, p. A7;

movimentos de Jobim causaram estranheza nos analistas da política em Brasília. Dora Kramer comentou no *Estadão* que a postura dele intrigava os observadores e dava a entender sua vontade de deixar o ministério e testar a “capacidade de resiliência da presidente diante de insolências em série”¹⁸.

Mas outra entrevista, desta vez à revista *Piauí*, levou à demissão do ministro. Ao comentar sobre a tramitação do projeto da Lei de Acesso à Informação, que significaria a desclassificação dos documentos ultrassecretos dos tempos da Ditadura Militar, Jobim declarou à revista: “É muita trapalhada, a Ideli é muito fraquinha e a Gleisi nem sequer conhece Brasília”. O *Estadão* narrou dos bastidores de “um dia marcado por muita tensão política”, que a presidenta Dilma ficou ainda mais irritada com o ministro que se defendeu sob a alegação de que a frase foi tirada de contexto. Dilma ligou para Jobim, que estava em evento na fronteira amazônica com a Colômbia em companhia de Michel Temer, exigiu seu retorno imediato à Brasília e disse: “ou você pede para sair ou eu saio com você”, segundo publicou o jornal¹⁹.

É preciso contextualizar que estes episódios envolvendo o ministro Nelson Jobim, se deram poucos dias após o governo mudar o núcleo político do Planalto, com a saída de Antônio Palocci e as entradas de Ideli Salvatti e Gleisi Hoffmann. A presidenta e as novas ministras ainda lutavam para se afirmar nos postos de comando e a escalda de declarações críticas do ministro Jobim eram inaceitáveis neste contexto. Até mesmo o ex-presidente Lula, sempre apontado como o padrinho da manutenção de Jobim no ministério, fato que ele negou ao *Estadão*, reconheceu que o ministro foi “deselegante” nas declarações e que Dilma agiu certo em demiti-lo²⁰.

De imediato, Dilma já anunciou que o novo ministro da Defesa seria o ex-chanceler Celso Amorim, que segundo o *OESP*, era sua primeira opção para a pasta quando montava o ministério no começo do governo. Em todas as reportagens sobre a demissão de Jobim, o jornal reforça que o ex-ministro contava com total apoio nas Forças Armadas e segundo uma matéria exclusiva sobre o tema, escreveu que os “militares veem em Amorim a ‘pior’ opção” para a Defesa. A reportagem abriu aspas para vários militares não identificados. Para um, era como nomear um flamenguista para a presidência do Fluminense e que assim “o governo está apostando na crise”. Disse outro militar que se via ameaçado pelo governo e o avanço da Comissão da Verdade e a especulada revisão da Lei da Anistia.

O *Estadão*, que sempre considerou a política externa dos governos petistas como carregada de viés ideológico e pouco pragmática, desaprovou a nomeação de Celso Amorim ao ministério, o “homem errado no lugar errado”, na opinião do periódico. Porém, no mesmo editorial, reconhece que Nelson Jobim fez por merecer a demissão e especulou que sua “incontinência verbal” fosse resquícios de ressentimentos com a perda de prestígio com a presidenta Dilma em comparação à sua informal atuação como conselheiro político e jurídico do ex-presidente Lula. O jornal ainda aponta a

18 *O Estado de S. Paulo*, 02/07/2011, p. A7; 28/07/2011, p. A8; 29/07/2011, p. A8 e 02/08/2011, p. A8.

19 *O Estado de S. Paulo*, 05/08/2011, p. A4.

20 *O Estado de S. Paulo*, 05/08/2011, p. A7.

vontade de Jobim em se cacifar como nome do PMDB para a eleição presidencial de 2014²¹.

A insatisfação dos militares com a nomeação de Celso Amorim, levou a presidenta Dilma a procurar os comandantes das três Forças Armadas na tentativa de acalmá-los. A presidenta pediu que mantivessem a legalidade, assegurou que o governo não seria adepto do revanchismo e que não quebraria o pacto em torno da Lei da Anistia. Amorim também logo acenou para os setores militares ao encampar a insatisfação com o orçamento da Defesa, a necessidade de adquirir novos equipamentos e rever a remuneração dos militares²². Pela escada da crise que o envolveu, pode-se dizer que Jobim não era um homem a serviço do governo para o trato com os militares, mas sim, era um homem a serviço dos militares para o trato com o governo.

Paralelamente, em junho e julho, houve importantes manifestações e questionamentos no plano jurídico. Em parecer ao STF, a Advocacia-Geral da União reafirmou a validade da Lei da Anistia para os torturadores da Ditadura, e que o Estado brasileiro não precisaria cumprir a sentença da OEA que, em 2010, condenou o Brasil por não punir os agentes do Estado responsáveis pelo desaparecimento de 62 pessoas na Guerrilha do Araguaia. O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ophir Cavalcante, classificou o parecer de “guinada à direita” do governo e uma “traição a quem votou” na presidenta Dilma, que estaria já contaminada pela síndrome da governabilidade, que atingiu todos os presidentes da Terceira República. A Organização das Nações Unidas (ONU) criticou o Estado brasileiro por não punir seus torturadores e por postergar a abertura dos arquivos do período ditatorial²³.

Uma Ação Civil por danos morais movida pela família do jornalista Luiz Eduardo Merlino, morto em 1971, reforçou a polêmica sobre a Anistia. Na Ação, os familiares tentam o reconhecimento de que Merlino foi morto em sessão de tortura ocorrida nas dependências do DOI-Codi, comandado pelo coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o herói do atual presidente Jair Bolsonaro e outros saudosos dos tempos ditatoriais. Em audiência, cinco testemunhas que também estiveram presas no mesmo centro de tortura à época, confirmaram em juízo que Merlino morreu em decorrência da tortura comandada pessoalmente por Ustra²⁴.

Em sua defesa, Ustra socorreu-se da Lei de Anistia e reafirmou a versão oficial do Exército, de que Merlino morreu “atropelado quando tentava fugir”. Além disso, o coronel se colocou como vítima do “revanchismo” dos “graúdos derrotados e ressentidos” que estavam no poder. O *Estadão* destacou aspas para o advogado do coronel: “Ustra nega tudo, diz que jamais participou de tortura [...]. Nunca se envolveu em absolutamente nada que pudesse ferir a dignidade de seu semelhante. Violência é contra os princípios religiosos dele”. Segundo reportagem do jornal, os militares

21 O Estado de S. Paulo, 06/08/2011, p. A3.

22 O Estado de S. Paulo, 06/08/2011, p. A4 e A8; 08/08/2011, p. A4; 09/08/2011, p. A8.

23 O Estado de S. Paulo, 17/06/2011, p. A4 e 01/07/2011, p. A7.

24 O Estado de S. Paulo, 18/07/2011, p. A7, 27/07/2011, p. A8 e 28/07/2011, p. A9.

reformados que “defendem o golpe de 1964 e as ações que desencadeou” usaram a internet e as redes sociais para se manifestarem em solidariedade ao coronel Ustra²⁵.

Passadas estas turbulências no meio do ano, em setembro, o governo intensificou a articulação congressual pela aprovação da Lei que criaria a CNV. Os ministros da Justiça, Defesa e Direitos Humanos se encontraram com líderes dos partidos de oposição para conseguir apoio à proposta e acelerar sua votação na Câmara. Como enfatizou o *Estadão*, “na conversa com a oposição, a maior preocupação dos três ministros é deixar claro que a comissão não terá caráter revanchista, nem abrirá debates sobre uma possível revisão da Lei da Anistia”. O jornal abriu aspas para Celso Amorim, que reforçou: “A comissão terá apenas preocupações históricas, de esclarecimento de fatos ocorridos naquele período. Não existem preocupações revanchistas nem punitivas”²⁶.

O assessor especial do Ministério da Defesa, José Genoíno, afirmou ao jornal que os comandantes das FA estariam de acordo com a criação da Comissão. No Congresso, apenas o DEM, partido originado a partir da renomeação da ARENA, que deu sustentação parlamentar à Ditadura, era o “último foco de resistência à proposta”. Os demais partidos de oposição, PSDB, PPS e PV, apoiavam a criação da Comissão. No DEM, a maior preocupação era com os nomes que comporiam a Comissão. O partido tentava emplacar, sem sucesso posterior, uma emenda que permitiria ao Congresso nomear integrantes da CNV²⁷.

Em 21 de setembro, a Câmara aprovou a criação da Comissão Nacional da Verdade. Houve apenas votação simbólica após acordo entre os líderes partidários na Casa. A oposição conseguiu incluir vedação à participação de pessoas que não tenham condições de “atuar com imparcialidade” nos trabalhos. O então deputado Jair Bolsonaro (PP) se irritou com a não aprovação de sua emenda que permitiria aos militares se recusarem a prestar depoimentos à Comissão. Da tribuna da Casa, ele ameaçou: “A Dilma vai ter o seu troco. Eu não tenho medo de vocês não [...] É uma piada [a criação da Comissão]”²⁸.

Embora estivesse na sede da ONU no dia, a presidenta Dilma acompanhou cada passo da negociação e votação na Câmara. Em entrevista aos jornalistas, ela comemorou a aprovação e vetou qualquer debate antecipado sobre os nomes a comporem a futura Comissão. O projeto ainda teria de passar pelo Senado, onde o governo tentava fazê-lo em regime de urgência. O senador Aloysio Nunes (PSDB), ex-integrante da luta armada contra a Ditadura, seria o relator do projeto de Lei²⁹.

Em editorial, o *Estadão* elogiou a forma final da Comissão Nacional da Verdade que rechaçou qualquer possibilidade de rever a Lei da Anistia. O periódico defende a Lei da Anistia como “um ponto final” na discussão sobre o período militar. Assim, caberia à CNV “apenas o trabalho de recompor historicamente esse período de triste

25 *O Estado de S. Paulo*, 18/07/2011, p. A7, 27/07/2011, p. A8 e 28/07/2011, p. A9.

26 *O Estado de S. Paulo*, 04/09/2011, p. A13.

27 *O Estado de S. Paulo*, 12/09/2011, p. A8.

28 *O Estado de S. Paulo*, 22/09/2011, p. A6.

29 *O Estado de S. Paulo*, 23/09/2011, p. A8 e 24/09/2011, p. A14.

memória da vida nacional, até para evitar no futuro a repetição dos mesmos erros”³⁰. Em seu caderno dominical, *Aliás*, o jornal publicou dois textos em defesa da Comissão. Ainda em abril, o brasilianista Kenneth Serbin repercutiu o medo entre os militares que temem a verdade. Em setembro, a cientista política Glenda Mezarobba esperançou que a CNV servisse para “reduzir a permanência e disseminação de inverdades históricas” que insistem em glorificar ou relativizar o período ditatorial. Seu texto foi ilustrado pela foto de um contrariado deputado Jair Bolsonaro no plenário da Câmara, enquanto ativistas dos Direitos Humanos comemoravam aprovação da Comissão³¹.

O projeto de Lei foi rapidamente aprovado no Senado federal. Uma cerimônia foi realizada no Palácio do Planalto para sancioná-lo. Na grande foto que ilustra a reportagem do *Estadão*, é possível ver grande quantidade de ministros e familiares de desaparecidos políticos da época da Ditadura. Ao centro, na segunda fila do cerimonial, os chefes das Forças Armadas. Todos na foto aparecem sorrindo e aplaudindo, enquanto os militares permaneciam imóveis, sem aplaudir e com expressões fechadas nos rostos. A reportagem do jornal destacou:

A aprovação da Comissão pelo Congresso brasileiro exigiu uma longa e delicada negociação política nos bastidores para não melindrar setores do Exército brasileiro. Uma das condições impostas pelos militares foi a de que a Comissão da Verdade não tivesse poder judicial, ou seja, capacidade de julgar e punir os agentes do Estado apontados por violações dos direitos humanos³².

Ao longo do ano, o governo sempre agiu para “não melindrar” os militares. Não foram poucas as falas de Dilma ou ministros que reforçaram o “não revanchismo” e a intocabilidade da Lei da Anistia³³. O *Estadão* conta que este cerimonial comemorativo previa a fala de familiares de desaparecidos políticos, o que gerou discussão entre os ministros Celso Amorim, da Defesa e Maria do Rosário, dos Direitos Humanos. Prevaleceu a sugestão de Amorim: as falas foram retiradas, pois seriam consideradas “uma afronta aos militares”. A família do ex-deputado Rubens Paiva considerou a mudança “uma escolha política errada” por parte do governo. Em seu discurso, Dilma foi conciliadora e não citou sua prisão e tortura pela Ditadura³⁴.

Comum entre os críticos à esquerda do governo, era o argumento de que a Comissão da Verdade, embora importante e necessária, foi pensada e criada apenas para amenizar as crescentes pressões dos organismos internacionais ao Estado brasileiro. A deputada Luiza Erundina (PSB) verbalizou sua desconfiança pelos seguintes motivos: falta de autonomia financeira da Comissão; curto prazo de dois anos para realizar os trabalhos e poucos integrantes na Comissão. A deputada desconfiava da sinceridade do governo petista em realmente esclarecer as violações de direitos humanos provocados pelo Estado e militares durante a Ditadura³⁵.

30 O Estado de S. Paulo, 02/10/2011, p. A3.

31 O Estado de S. Paulo, 17/04/2011, p. J6 e 25/09/2011, p. J6.

32 O Estado de S. Paulo, 19/11/2011, p. A4.

33 O Estado de S. Paulo, 06/08/2011, p. A4 e 08/09/2011, p. A11.

34 O Estado de S. Paulo, 19/11/2011, p. A4 e 22/11/2011, p. A6.

35 O Estado de S. Paulo, 08/09/2011, p. A11.

Vários organismos internacionais se manifestaram sobre a criação da brasileira CNV. Embora reconhecessem-na como importante passo, consideravam o Brasil atrasado na “investigação e punição dos crimes cometidos durante o regime militar”. A ONU elogiou, mas se disse cética quanto aos futuros resultados. Além disso, a entidade reforçou o pedido pela revogação da Lei da Anistia, para assim permitir a “punição daqueles que foram responsáveis pela violação de direitos humanos”. Também a OEA foi no mesmo sentido, reafirmando que não existe a figura jurídica da autoanistia e que os crimes contra a humanidade são imprescritíveis³⁶.

Por tudo isso, o *Estadão* destacou: “Militares ainda temem Comissão da Verdade: para eles, objetivo é criar bases legais para um processo de mudança na Lei da Anistia”. Segundo a reportagem, “não deram certo as longas negociações e concessões do governo para acalmar os militares”, pois desde a promulgação da Lei de criação da CNV, “observa-se uma crescente inquietação” nos meios militares, que nos bastidores, se articulam para boicotar seus trabalhos. A reportagem repercute um texto do capitão da reserva José Geraldo Pimentel que pede para seus colegas de farda desfazerem-se de todos os documentos que por ventura possuam do período militar, só assim, enfrentarão “o rancor da vingança”.

O Clube Militar abriu em seu site um espaço para abrigar textos de militares com críticas à Comissão. O general Maynard Santa Rosa qualificou a CNV de “estratagem de um grupo de vingadores obstinados”. O vice-presidente do Clube Militar foi entrevistado pelo jornal. Reclamou do fato de os militares não terem assento na Comissão, o que faria sê-la unilateral, não neutra e injusta, com feições jurídicas e com definição a priori sobre quem seria considerado “o mocinho e o bandido da história”³⁷.

No final do ano, outras “Comissões da Verdade” passaram a ser criadas em vários estados da federação, como São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Paraná e Rio Grande do Sul. A seção carioca da OAB criou a sua própria Comissão. Nos meses seguintes outras seriam criadas e até em âmbito municipal³⁸.

Considerações finais

Ao longo de todo o ano de 2011, o governo Dilma atuou na estratégia de não melindrar os militares. Em suas declarações públicas, a presidenta e os ministros insistiam que o governo não tinha pretensão revanchista e a Lei da Anistia não seria revista. Porém, fato é que as movimentações do governo na troca do ministro da Defesa e na promulgação da Comissão Nacional da Verdade, como mostrado neste artigo, fizeram os militares sentirem-se desconfiados e ameaçados pelo “revanchismo”, que acreditavam ser a pauta do governo. Nos anos seguintes, os militares reagiram e tiveram ação pública e ativa em todos os momentos de tensão política.

36 O *Estado de S. Paulo*, 29/10/2011, p. A18, 19/11/2011, p. A4 e 02/12/2011, p. A12.

37 O *Estado de S. Paulo*, 27/11/2011, p. A14.

38 O *Estado de S. Paulo*, 16/12/2011, p. A10 e 17/12/2011, p. A12.

A Comissão Nacional da Verdade foi instalada em maio de 2012. Seu volumoso relatório final foi entregue em dezembro de 2014, quando o golpe parlamentar já estava em curso, e trouxe importantes contribuições e esclarecimentos sobre fatos de violações aos direitos humanos promovidos pela ditadura militar brasileira³⁹. Embora por força da Lei os militares devessem entregar à Comissão todos os documentos sobre o período, como mostra Lucas Figueiredo, eles reforçaram o argumento da não existência de tais papéis. Dessa forma, foi possível às Forças Armadas:

Continuar alegando que, na Ditadura, as Forças Armadas apenas cumpriram a lei, combatendo o inimigo que ameaçava a ordem do país. E que, no pós-ditadura, não passam de revanchismo as tentativas de abrir os arquivos militares, seja com o intuito de esclarecer fatos nebulosos do regime, seja para colher subsídios que amparem a busca por justiça nos tribunais [...] A cumplicidade de militares e civis na ocultação dos arquivos secretos da ditadura é um entrave para a conclusão do processo de redemocratização (2015, p. 130/132).

A partir de então, como mostra Alexandre Fuccille (2019), houve uma escalada da atuação militar na política brasileira: o perfil discreto no golpe parlamentar não pode ser encarado como ausência de consulta civil aos militares; o impopular governo Michel Temer (PMDB) fortaleceu o GSI e usou a intervenção militar no Rio de Janeiro como símbolo; em 2018, uma postagem do general Villas Bôas às vésperas do julgamento de *habeas corpus* do ex-presidente Lula pelo STF escancarou o antipetismo nas Forças Armadas. Em setembro de 2018, quando o ministro Dias Toffoli assumiu a presidência do STF nomeou o general Fernando Azevedo e Silva para sua assessoria – em janeiro de 2019 o general assumiu o ministério da Defesa no governo de Jair Bolsonaro (RECONDO e WEBER, 2019).

Na eleição presidencial de 2018, havia explícita oposição militar à volta do PT ao poder e apoio irrestrito à chapa dos ex-militares capitão Jair Bolsonaro (PSL) e general Hamilton Mourão (PRTB). Atualmente, o governo Bolsonaro tem uma proporção inédita de militares no primeiro escalão – maior até que no período da Ditadura Militar. Uma fala do presidente Bolsonaro, em seu segundo dia no poder, reforça a hipótese deste artigo sobre a articulação e ação militar para excluir os “revanchistas do PT” e novamente controlar o Estado brasileiro: “General Villas Bôas, o que conversamos morrerá entre nós. O senhor é um dos responsáveis por eu estar aqui” (FUCCILLE, 2019, p. 103).

Referências Bibliográficas

ALENCAR, Jakson Ferreira. **A Ditadura continuada: fatos, factoides e partidarismo da imprensa na eleição de Dilma Rousseff**. São Paulo: Paulus, 2012.

39 O relatório final pode ser acessado na íntegra através do site “Memórias Reveladas” pelo link: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php/outros-destaques/574-conheca-e-acesse-o-relatorio-final-da-cnv>

BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In: RÉMOND, René (org.) **Por uma história política**. Rio de Janeiro: editora FGV, 2003.

BERTONHA, João Fábio. **O Brasil, os Brics e o mundo no século XXI**: Estratégias Nacionais de Defesa e desafios geopolíticos em um mundo em transformação. Curitiba: Prismas, 2017.

CAPELATO, Maria Helena. História do tempo presente: a grande imprensa como fonte e objeto de estudo. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves e FERREIRA, Marieta de Moraes (org.) **História do Tempo Presente**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

CASTRO, Celso e D'ARAÚJO, Maria Celina (org.). **Militares e política na Nova República**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

FIGUEIREDO, Lucas. **Lugar nenhum**: militares e civis na ocultação dos documentos da Ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

FUCCILLE, Alexandre. Militarização do governo e os desafios à democracia. In: GALLEGOS, Esther Solano (org.). **Brasil em colapso**. São Paulo: Unifesp, 2019.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. O preço de uma reconciliação extorquida. In: TELES, Edson e SAFATLE, Vladimir. **O que resta da Ditadura**. São Paulo: Boitempo, 2010.

GUILHERME, Cássio Augusto. **1964**: golpe ou revolução? A disputa pela memória nas páginas do jornal *O Estado de S. Paulo*. Revista Cadernos de História, v.18, n. 29, 2º sem. 2017.

GUILHERME, Cássio Augusto. **1989**: história da primeira eleição presidencial pós-Ditadura. Jundiaí: Paco Editorial, 2019.

GUILHERME, Cássio Augusto. História do tempo presente, política e imprensa: contribuições teóricas e metodológicas para uma pesquisa sobre o golpe de 2016 no Brasil. **Revista Escritas** (UFT), vol. 10, n.1, 2018.

LINZ, Juan e STEPAN, Alfred. **A transição e consolidação da democracia**: a experiência do Sul da Europa e da América do Sul. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2011.

MACIEL, David. **De Sarney a Collor**: reformas políticas, democratização e crise (1985-1990). São Paulo: Alameda, 2012.

RECONDO, Felipe e WEBER, Luiz. **Os onze**: o STF, seus bastidores e suas crises. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo**. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

VANNUCHI, Paulo. Direitos humanos e o fim do esquecimento. In: SADER, Emir (org.). **Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013.

ZAVERUCHA, Jorge. **Frágil democracia: Collor, Itamar, FHC e os militares (1990-1998)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

Recebido em dezembro de 2019.

Aprovado para publicação em novembro de 2020.